

O ofício de partejar e cuidar nas tradições afro brasileiras em Lafaiete Coutinho na Bahia

The office to party and care in afro Brazilian traditions in Lafaiete Coutinho in Bahia

DOI:10.34117/bjdv7n2-346

Recebimento dos originais: 10/01/2021

Aceitação para publicação: 18/02/2021

Paulo Roberto Nogueira Silva

Mestrando em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Professor da Escola Municipal José Augusto Barreto – EMJAB,
Rua Morena Bahiense, 95, Bairro Cansanção – Jequié – BA – 45201 – 398
pnogueirasilva@yahoo.com.br

Claudia de Faria Barbosa

Doutora e Mestre em Humanidades, e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Rua Pacífico Pereira, 457, Garcia – Salvador – BA – 40100-170
barbosa.claudiadefariabarbosa@gmail.com

Maria de Fátima A. DI Gregório

Doutora em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador/UCSal, Professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia / UESB e da Universidade do Estado da Bahia / UNEB, Campus V
Rua Fortunato B. da Guarda, 152, Bairro José Alves Teixeira – Itiruçu – BA – 45350-000
f_digregorio@hotmail.com

RESUMO

Este artigo busca compreender como a parteira Alexandrina Constantina da Silva, conhecida como Mãe Xanda viveu no município de Lafaiete Coutinho/BA, exercendo o ofício de parteira, além de representar uma mulher de assistência marcada pelo afeto entre as famílias locais. Recorre-se aqui a metodologia da História Oral (HO) cruzando informações com documentos coletados em instituições locais, pois os mesmos sem dúvidas dão subsídios e suporte para a escrita do trabalho da pesquisa. Autores como Thompson (1992) mostram que a História Oral como metodologia e técnica, pode dar grande contribuição para a reconstituição da memória social, sendo necessário preservar para não cair no esquecimento. Thompson (1992: p 17). Nesse viés, analisar a permanência dos símbolos étnicos na trajetória de Mãe Xanda, reconhecida como uma mulher de matriz africana, viúva, pobre, que construiu sua identidade enfrentando os ditames de grupos hegemônicos criando estratégias de resistência.

Palavras-chave: Mãe Xanda, Identidade, Resistência.

ABSTRACT

This article seeks to understand how midwife Alexandrina Constantina da Silva, known as Mãe Xanda lived in the municipality of Lafaiete Coutinho / BA, exercising the role of

midwife, in addition to representing a caring woman marked by affection among local families. The Oral History (HO) methodology is used here, crossing information with documents collected in local institutions, as they undoubtedly provide support and support for the writing of the research work. Authors like Thompson (1992) show that Oral History as a methodology and technique, can make a great contribution to the reconstruction of social memory, being necessary to preserve it so as not to fall by the wayside. Thompson (1992: p 17). In this way, to analyze the permanence of ethnic symbols in the trajectory of Mother Xanda, recognized as a woman of African origin, widow, poor, who built her identity facing the dictates of hegemonic groups creating strategies of resistance.

Keywords: Mother Xanda, Identity, Resistance.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o trabalho de uma mulher inserida na ética do partear e do cuidar,¹ abrange uma atividade social em tempo quando o serviço de saúde era inacessível às mulheres de camadas populares em Lafaiete Coutinho na Bahia. É um estudo de abordagem qualitativa, tem como referencial a utilização da História Oral para se chegar ao caso específico da história, do legado de Mãe Xanda, uma parteira que ganhou visibilidade no município e no seu entorno.

Esta abordagem tem como objetivo geral refletir sobre a história de vida dessa mulher que, apesar de experimentar desvantagens sociais, exerceu a liderança no poder local através do seu trabalho: o partear e o cuidar de crianças, de mulheres, além de conselheira de muitas pessoas do município. Ademais, complementam os objetivos específicos: resgatar dados da história da localidade; enfatizar a liderança feminina na comunidade e reafirmar a identidade étnico-racial, de gênero e laboral de uma parteira. Verifica-se ainda a luta das mulheres para vencer dificuldades da maternidade, em uma sociedade patriarcal que lhes asseguravam posições sociais de submissão e inferioridade com privação de direitos. Diante de tais constatações surge a pergunta: Por que o trabalho das parteiras foi tão insignificante do ponto de vista da história?

A investigação se justifica porque as heranças históricas das mulheres foram relegadas por conta de um sistema patriarcal que as mantém na invisibilidade devido à condição de submissão e de inferioridade atribuída, sobretudo às negras, analfabetas e de classe social desfavorecida. Fenômenos arraigados no cotidiano vivido impedem de reconhecer o legado deixado por essa mulher que travou batalhas em várias frentes de

¹ A ética do cuidar pressupõe uma obrigação sem discussão para as mulheres e configura-se no dever de cuidar, como se elas fossem responsáveis por cuidar do outro, enquanto para os homens seria a ética da justiça, ou seja, o cuidado como um dever meramente de respeito às pessoas protegendo-as de qualquer interferência em sua autonomia ou nos direitos à vida e à auto-realização (ZOBOLI, 2004).

parturições, em momentos de carência e falta de recursos elas supriam a ausência quase que total de políticas públicas destinadas à população de classe baixa e enveredaram pelos espaços públicos na função de educar, prover e, principalmente, de cuidar.

2 PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Reconstituir a história de uma mulher em especial, através da História Oral contada pela população interessou nesse estudo, no sentido de pensar e debater paradoxos existentes entre a história e a memória coletiva, além de registrar e organizar textualmente o acervo oral da localidade. Desse modo, o buscar histórico foi revivido através da análise da trajetória de vida da personalidade destacada na região por pessoas que tiveram familiares beneficiados com a sua atuação.

A História Oral além de acrescentar, traz novas perspectivas para a historiografia, pois o historiador na maioria das vezes necessita de narrações, não apenas de escritos ou documentos para realizar seu trabalho. O documento escrito deixou de ser o repositório exclusivo dos restos do passado, sendo aos poucos valorizada a narração. Os estudos de Thompson (1992) mostram que a História Oral tem se revelado útil na reconstituição de saberes, experiências vividas no cotidiano, auxiliando na compreensão de processos históricos.

Toda fonte histórica deriva da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta (THOMPSON, 1992, p. 197).

Nesta perspectiva, referenciar as fontes orais pressupõe que elas permitem compor parte desta investigação com subsídios nas entrevistas e toda a subjetividade, com uso de questionários aplicados a antigos moradores que participaram, acompanharam ou simplesmente trouxeram à tona uma memória social sobre a vida de Mãe Xanda na localidade e comunidades circunvizinhas.

A pesquisa desenvolveu-se com uma abordagem qualitativa por permitir um exame mais delineado sobre as investigações, posturas e tendências de comportamentos dessa mulher frente à outras. Nesse ínterim, essa investigação aproxima da realidade de uma mulher que exerceu liderança frente a uma comunidade rural. E para, conhecer esse contexto foi necessário se deslocar até a localidade que se caracterizou como o lócus da pesquisa.

As lembranças registradas por meio de entrevistas dos relatos orais e histórias de vida puderam dialogar com as fontes documentais encontradas no local da pesquisa para subsidiar as fontes e compor este estudo. Em relação às fontes, o diálogo entre a história e a antropologia colaboram com as bases teórico-metodológicas, considerando a necessidade de compreender as histórias de vida dentro de uma estrutura fornecida pela cultura que é explicada por Laraia (2009) como um processo acumulativo, resultante das experiências históricas das gerações anteriores. Trata-se de disposições legais sobre hipóteses prevenidas por outras disposições resultantes do vivido. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo e salienta o fato de que quando o ser humano vê o mundo através de sua cultura tem como consequência à propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e natural.

A principal fonte de coleta de dados utilizada é a História Oral, considerando que as pessoas são sujeitos da sua própria história, com esse dispositivo de coleta de dados e recurso que retrata o cotidiano a partir dos critérios de raça/etnia, posição no grupo familiar e o legado deixado. Para nortear as histórias orais também foi utilizada a entrevista, que se desenvolve subjacente a um roteiro básico, sem um padrão rígido.

Os estudos de Pollak (1992) mostram que no caso das pesquisas de história oral que utilizam entrevistas, sobretudo entrevistas de história de vida, é óbvio se recolher memórias individuais, ou, se for o caso de entrevistas de grupo, memórias mais coletivas. Na complementação dessa ideia, Alberti (1990) explica que a História Oral busca registrar impressões, vivências, lembranças de pessoas que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade, esta permite um conhecimento do vivido mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não seriam conhecidas. A trajetória, as memórias e saberes de Mãe Xanda estão na memória de muitas pessoas, mas com o tempo tendem a serem apagadas e esquecidas.

Conforme Ortiz (2006) a memória nacional e a identidade brasileira são construções simbólicas que dissolvem heterogeneidade das culturas populares na homogeneização da narrativa ideológica, assim o Estado é a totalidade que transcende e organiza a realidade concreta, delimitando os contornos da identidade nacional, esta pode ser entendida como a fonte de significado e experiências de um povo. Castell (2002, p. 22) pontua que a identidade como processo, portanto, “se constrói no coletivo, não é um ato individual”.

Recorre-se também aos estudos sobre etnicidade que se referem aos grupos, ou mais exatamente aos povos, que são nações potenciais, situadas em um estágio preliminar

da formação da consciência nacional. Nesse viés, Barth (1997, p. 141) diz que a “etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função da sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores”.

Sob o olhar de Poutignat e Streiff Fennart (1998), a etnicidade é um conjunto de atributos ou de traços tais como a língua, a religião, costumes, o que a aproxima da noção de cultura, ou à ascendência comum presumida dos membros, o que a torna próxima da noção de raça, ela não se manifesta nas condições de isolamento é, ao contrário, a intensificação das interações características do mundo moderno e do universo urbano que torna saliente as identidades étnicas.

Além de ouvir as pessoas que conviveram com mãe Xanda ou reviver as histórias recontadas por suas mães e avós, os relatos de antigos moradores do município foram colhidos através e registrados por meio de entrevistas e histórias de vida. Tal memória retrata reconstitui a história local, utiliza também fontes documentais de arquivos de familiares de Mãe Xanda e documenta-se o legado dessa mulher. Isso porque a História Oral é o procedimento que permite descobrir pistas, pois através da oralidade o pesquisador consegue angariar dados novos e importantes que não são encontrados e registrados em escritos.

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem (THOMPSON, 1992, p. 17).

Ao utilizar métodos e técnicas da História Oral, a ideia é, conforme Thompson (1992), trazer a história para dentro da comunidade e extraí-la de dentro da comunidade para compreender o que de fato aconteceu. Por isso, a História Oral tem se revelado útil na reconstituição de saberes, experiências vividas no cotidiano e fornece dados para auxiliar na compreensão de processos históricos.

A memória de um sujeito pode ser a memória de muitos porque possibilita a evidência dos fatos coletivos. Conforme Halbwachs (1990) a memória é, sobretudo uma (re)construção do passado no presente, contribui também com o debate que distingue memória e história. Essa diferenciação é fundamental para a compreensão de que a memória não traz à tona os fatos vividos, mas os reconstrói de acordo com o pensamento do tempo presente. Ou seja, o que passou é reconstituído a partir das experiências que o

sujeito ao contar resignifica. Ela tem a capacidade de adquirir, recuperar, armazenar fatos, acontecimentos, nomes de pessoas e instituições, mas há que se atentar para o fato de que não é o passado, mas a reconstituição do passado na atualidade. Por isso, Le Goff (1990) aponta o estudo da memória social como um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da história, conforme o caso em tela.

Além da memória há que se pensar nos legados tradicionais que fazem com que os grupos se vejam representados no tempo pretérito. Para Hobsbawm (1984), o estudo das tradições esclarece as relações humanas com o passado, a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, considerando que são transmissões de costumes, comportamentos e memórias para as pessoas de uma comunidade e fazem parte da cultura desse povo. O ofício de partejar faz parte das tradições afro brasileiras, sobretudo, por conta das dificuldades que as mulheres negras viveram no período que foram escravizadas e precisavam sozinhas dar conta desse ofício. Posteriormente, essas mulheres continuaram a se destacar como parteiras detentoras de conhecimentos tradicionais, técnicos e do respeito dado por outras mulheres e suas comunidades, mas sem terem o reconhecimento social e profissional, considerando ser uma atividade não profissional e vista com insignificância e invisibilidade, substituída por outro tipo de assistência mais qualificada, mas muitas vezes desumanizada.

3 A MEMÓRIA E OS RELATOS ORAIS DE ANTIGOS MORADORES

Alexandrina Constantina da Silva, conhecida carinhosamente pelos informantes dessa investigação por Mãe Xanda (1910 – 2006) foi uma mulher negra, simples, sem condições financeiras e viveu no distrito de Três Morros, posteriormente município de Lafaiete Coutinho. Na sua trajetória de vida construiu uma história de quarenta e nove anos de trabalho e é reconhecida, por alguns moradores, como uma das matriarcas mais queridas e amadas do lugar devido ao seu ofício, sua figura marca a história na memória de alguns. Portanto, este trabalho destaca a trajetória e o legado da mulher negra, pobre e identifica as redes de relações e sociabilidades construídas por ela, as posições das hierarquias de classe, gênero e raça/etnia, interpreta os significados dos lugares sociais ocupados no espaço público subalterno e realçam a identidade étnica nas memórias sobre os fazeres e saberes de Mãe Xanda. Ela exerceu a função de parteira e, para além desse ofício, ajudou famílias, acolheu nas horas de dificuldades e recebeu crianças que chegavam ao mundo, sem atenção e cuidados médicos adequados, por muitas décadas.

Portanto, contempla uma história de alguém que viveu e trabalhou em uma localidade, enfrentou as adversidades advindas da falta de recursos, da precariedade econômica e social, destacando ainda o papel daquela que ajudou outras na atuação e prestação de serviços de parteira daquela população.

Conforme informações de pessoas da família, Mãe Xanda fez mais de um mil partos, encerrando-se suas atividades em Lafaiete Coutinho no ano de 1989, aos 79 anos de idade quando estava idosa e mudou o seu domicílio para a sede do município de Itirucu, onde fez dois partos de uma sobrinha que residia na referida cidade. Começou a exercer o ofício de parteira aos 30 anos de idade em 1940 após ficar viúva, em uma época que o distrito de Três Morros não tinha estradas e também pelo fato de não ter nenhum veículo automotivo para atender as demandas de deslocamento das parturientes até a cidade de Jequié.

Estudos de Abreu (2005) confirmam que as parteiras tradicionais possuem limitados conhecimentos técnico científicos, principalmente por seu trabalho encontrar-se isolado do serviço de saúde local, realizando-se em meio a dificuldades e falta de equipamentos e infraestrutura. É notório que essas parteiras desenvolvem habilidades que lhes auxiliam na resolução de problemas em partos, tais como: bebê fora da posição, sangramento e febre no parto, eclampsia, dentre outros. O autor cita que as parteiras se preocupam com o bem-estar e o conforto da mulher que assistem, assumem as tarefas domésticas, prestam em geral assistência marcada pelo afeto, calor humano, companheirismo, infunde confiança e segurança. Essas qualidades contribuem para potencializar a força da mulher grávida e ajudara conduzir o parto, cria um ambiente que favorece a evolução do trabalho, além de recepcionar e acolher o recém-nascido.

Para Cotta et al (2020) o parto humanizado tem como função social atribuir valor verdadeiro a um processo humano e natural que compreende desde a gestação ao nascimento. Mesmo com todas as aderências tecnológicas e possível mecanização daquilo que antes só dependia das mãos da parteira e água morna, pode-se chegar ao consenso de que as diferentes dimensões do parto humanizado são possíveis de analisar a partir da qualidade de suas características.

Conforme depoimentos colhidos na região, após fazer o parto, Mãe Xanda mantinha um relacionamento com a família da criança, em muitos casos chamava a parturiente de comadre e as crianças quando cresciam iam à sua casa e pedia-lhe a benção, demonstrando respeito, amor e carinho, apesar de não parentesco consanguíneo. Trata-se de alguém que pode substituir o pai ou a mãe em circunstâncias diversas. “Um parente

por consideração é parente na acepção plena da palavra, com tudo que essa noção implica de mais estrito e profundo”. Ao ser a parteira se era escolhida para desempenhar um papel quase que familiar, era difícil escapar, daí surgiam conforme Mattoso (1992, p 174) “novas relações que se tornam tão fortes quanto às de parentesco consanguíneo. É o que os baianos chamam de ‘parentesco por consideração’ que não deve ser confundido com parentesco por aliança”.

Apesar de não ser parente com laços de consanguinidade, era um papel nobre dedicado às parteiras, mulheres humildes e, na maioria das vezes, analfabetas, mas desenvolviam o dom de partejar, ajudavam dessa forma a centenas de pessoas que dependiam de assistência, papel omitido pelo Estado brasileiro, principalmente no que tange a lugares mais longínquos, sobretudo no nordeste do país.

De acordo com Capiberibe (2002), as parteiras foram e ainda são mulheres simples com idade entre 18 e 89 anos, a maioria não é alfabetizada. Apesar disso, desenvolvem o dom de partejar por herança de suas ancestrais desde o tempo em que viviam nas senzalas e eram obrigadas a se virar sozinhas. Dessa forma, por necessidade preservam e mantêm conhecimentos que são passados de geração em geração, atuando em locais em que há extrema falta de médicos e condições de locomoção para hospitais, elas viajavam a pé, arriscam em rios, igapós, igarapés e enfrentam os desafios da natureza. São mulheres que vão onde a gestante espera pelo toque das suas mãos, pelas rezas e cantos que fortalecem o espírito e suprem a falta de políticas públicas de assistência à saúde.

A participação e atuação de Mãe Xanda marca a história do município de Lafaiete Coutinho com o ofício de partejar exercido por quase cinco décadas. Arker (2006, p. 647) chama atenção para a modificação nos rituais dos partos em virtude dos avanços da ciência. Entretanto, nem sempre foi da maneira existente atualmente, conforme a autora, “o nascimento foi parte do cotidiano das famílias. Acompanhado por mulheres parteiras no domicílio e marcado por envolvimento afetivo, permitia que a natureza agisse sem interferências”.

Na região não havia estradas em condições de tráfego, por isso sua função era ajudar as mulheres a terem seus filhos. Por conta dessas e outras carências existentes, o ofício de parteira na comunidade era muito requisitado também pelo fato do território do município ser muito extenso e o deslocamento ser feito na maioria das vezes à tração

animal². A população via nela uma pessoa amiga e companheira que ajudava nas horas mais difíceis e nessa condição o constrói sua identidade.

Os estudos de Hall (2004) mostram o fator que contribui para a reconstrução dessa identidade e como se faz o sentimento de pertença a uma determinada cultura. Este sentimento contribui para que o sujeito busque traços culturais, seja por meio da sua etnia, bem como de sua identidade cultural em um constante processo de formação. Nesse sentido, Mãe Xanda desenvolveu sua identidade em sua relação com a comunidade deixando um legado.

4 CONSIDERAÇÕES

O ato de partejar exercido por Mãe Xanda durante décadas no distrito de Três Morros permitiu a construção de sua identidade como mulher negra e parteira que deixou um legado para a população do município de Lafaiete Coutinho, mas nem por isso, saiu da invisibilidade e foi reconhecida por um trabalho de relevância social e de promoção de saúde local.

A investigação apresenta relevância social, por que se propõe reconstituir parte da história dessa mulher na localidade. Nesse sentido, ressalta-se que a preservação das memórias da população é de fundamental importância para o seu desenvolvimento e manutenção de identidades, onde os registros dos feitos históricos e da cultura local tem sido uma estratégia para a reafirmação da memória de um povo.

Em que pese, alguns atos isolados relembram o trabalho realizado e a liderança exercida dessa parteira. No ano de 2004, a Prefeitura de Lafaiete Coutinho, através da Diretoria Municipal de Cultura, prestou uma homenagem a Mãe Xanda, na tentativa de demonstrar dessa forma gratidão e reverência à sua memória por ter exercido o ofício de partejar e, sobretudo, pelo legado deixado por ela para a população lafaietense.

As mulheres, como Mãe Xanda, aprenderam naturalmente e com a prática o trabalho de partejar e cuidar. Em condições de trabalho precárias se viam na única condição de realizar um trabalho em domicílio. Nas famílias realizavam-se cuidados à mãe e ao bebê, muitas vezes muito além do parto com apoio emocional, afetivo. Destaca-se a paciência para atender à necessidade de que o parto fosse normal, considerando que

² Tração animal refere-se ao transporte em lombos de burros e cavalos. Este meio de transporte foi bastante utilizado pelos moradores do então distrito de Três Morros e posteriormente nos anos iniciais após a emancipação política e administrativa do município de Lafaiete Coutinho, isso ocorreu pelo fato de não existir estradas em boas condições de tráfego. Mãe Xanda usou muito esse referido transporte nos seus deslocamentos para partejar.

não havia outras possibilidades pela total ausência de médicos, falta de hospitais, estradas vicinais sem condições de tráfego, carência de meios de transporte e, sobretudo, falta de ferramentas, instrumentos e até medicamentos. Entretanto, realizavam seu trabalho com desprendimento e a compensação vinha do reconhecimento social individual por parte dessas mulheres, crianças e suas famílias.

Por fim, para responder à questão geradora dessa investigação: Por que o trabalho da parteira foi tão insignificante do ponto de vista da história local? Ora, a invisibilidade do trabalho de mulheres negras e pobres está relacionada com a construção da identidade étnica, com as questões de gênero e de condição social. Ou seja, o reconhecimento é pontual para aqueles que souberam de sua história e de uma maneira ou de outra foram beneficiados por ela, mas para outros, o esquecimento se faz presente, excluindo Mãe Xanda do rol das mulheres notáveis da cidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, I. P. H. *Trabalhando com Parteiras Tradicionais: a experiência do Ministério da Saúde no período de 2000 a 2004*. Brasília, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ACKER, Justina Inês Brunetto Verruck et al. As parteiras e o cuidado com o nascimento. *Revista Brasileira de Enfermagem* 2006, vol. 59, n. 5, p. 647-651. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v59n5/v59n5a10.pdf> . Acesso em 10 out. 2020.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BARTH, Fredric. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1997.

CAPIBERIBE, J. Os Anjos da Floresta: In: JUCÁ, L.; MOULIN, N. (Org.). *Parindo um mundo novo: Janete Capiberibe e as Parteiras do Amapá*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 21.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. vol. 1, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

COTTA, João Eduardo D'ávila; FARIA, Anna Luisa Santos de; SANTOS, Julya Fernanda Alves dos; MARTINS, Liziane. Parto Humanizado: limites e possibilidades. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v. 6, n. 11, p.89054-89070, nov. 2020. ISSN 2525-8761. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/20005/1603089054.pdf>. Acesso em 03 fev. 2021.

HALL, Stuart. *identidade cultural na pós-modernidade*. Traduzido por: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia Século XIX Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NOGUEIRA, Alcides Prado. *Vila de Três Morros, Exemplo de uma Vida*. Jequié: Gráfica Lelian, 2004.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 9ª reimpressão, 2006.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. *A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações*. *Rev. Esc. Enferm. USP*, 2004, vol. 38, n.1, p.21-27. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342004000100003. Acesso em 10 out. 2020.